A NOVA SISTEMÁTICA DE REAJUSTE DO PREÇO PAGO PELO BANCO DO BRASIL NA COMPRA DO CEREAL, A BOA SAFRA DO ANO PASSADO E A DESASTROSA COLHEITA DA SOJA EM ALGUMAS REGIÕES, ESTE ANO, FORAM FATORES DE OTIMISMO QUANTO AO PLANTIO DESTE ANO, OTIMISMO PAULATINAMENTE DESFEITO PELO DESENVOLVIMENTO DA SAFRA.

A atual safra brasileira de trigo vem encontrando diversas dificuldades no seu desenrolar. De fato, o plantio foi retardado pela estiagem de abril e maio, ao mesmo tempo em que seu desenvolvimento inicial efetuou-se com excesso de umidade, pois os meses de junho e julho foram extremamente chuvosos.

Este quadro se contrapõe a um panorama inicial de relativo otimismo, por parte dos triticultores, depois de duas safras em que ocorreram reduções de área. Tal otimismo tinha como razões o bom desempenho da safra de 1981, o preço de garantia, fixado pelo governo em US$ 275/t, e o novo fracasso com a soja, que pareciam ter feito renascer o ânimo para o cultivo do cereal.

Efetivamente, a fixação de um preço reajustável à época da colheita era uma antiga reivindicação dos produtores pois, à medida que a inflação se acentuou, a defasagem entre a receita auferida pelos primeiros a colherem (em setembro) e os últimos (que vendem o trigo ao Banco do Brasil em dezembro) tornou-se bastante significativa (ver **Agroanalysis**, vol. 6, nº 4).

Quanto ao fracasso com a soja, já se encontra tradicionalmente associado ao crescimento do cultivo de trigo, que atingiu sua área recorde em 1979, justamente o ano de uma séria frustração da safra da leguminosa.

A boa produtividade alcançada na lavoura do trigo em 1981, entretanto, não deverá se repetir este ano. Isso porque os trigais do Norte e do Oeste do Paraná, de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, enfrentaram, nos meses de junho e julho, chuvas intensas e temperatura elevada, o que propiciou o aparecimento de doenças fúngicas e problemas fisiológicos de toda ordem. As chuvas contínuas ao longo destes dois meses impediram, inclusive, a entrada dos produtores nas lavouras, para a aplicação de fungicidas.

Quanto ao Rio Grande do Sul, a situação das lavouras de trigo, desde o início, poderia ser considerada apenas regular. Houve excesso de chuvas na época do plantio, pouca luminosidade e pouco frio, no período inicial de crescimento, o que impediu um melhor desenvolvimento da estrutura radicular das plantas. Por tudo isso, já se estima, hoje, que a produtividade média desta safra deverá se situar por volta dos 900 kg/ha, o que propiciaria uma produção nacional de 2,5 milhões de t, apenas 13% superior à de 1981, apesar de a área total ter crescido aproximadamente 44%.

Essa estimativa de produção (2,5 milhões de t) pode, ainda, em se tratando de uma cultura instável, como o trigo, ser mudada substancialmente. Com efeito, a etapa mais crítica para a safra gaúcha, por exemplo, apenas se inicia, pois é na primavera que se

registram, tradicionalmente, as maiores perdas naquele estado.

O panorama da safra de 1982 — problemas climáticos e fitossanitários — pode ser considerado normal, pois o cultivo de trigo no Brasil jamais conseguiu, a não ser em anos excepcionais, livrar-se dessas dificuldades. É em função desta "tradição" que, de tempos em tempos, retoma-se a discussão a respeito da viabilidade da produção de trigo no Sul do país. Essa viabilidade, entretanto, apresenta diversos aspectos. O trigo torna-se viável, em termos empresariais, quando cultivado em sucessão com a soja e por contar com forte apoio governamental, em termos de crédito e/ou preços. O suporte institucional à cultura tem, entretanto, um custo social que não pode deixar de ser considerado.

Levando em conta esse fator e o fato de o plantio de trigo ser tecnicamente viável no cerrado (e com produtividades bem superiores às obtidas no Sul) desde que se utilize irrigação, foi criado o Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) aparentemente com a intenção de atingir dois objetivos simultâneos: viabilizar a ocupação do cerrado e auxiliar a expansão da produção interna de trigo.

Os produtores, por sua vez, não responderam da forma esperada. Os recursos do PROFIR, nos moldes do programa inicial, que incluía, entre outras exigências a utilização de fonte energética alternativa ao petróleo e a obrigatoriedade de, pelo menos, uma safra anual de trigo, não encontraram tomadores. Isto levou o governo federal a abrandar suas exigências quanto ao plantio de trigo e às fontes de energia a serem utilizadas na irrigação, com o intuito, provavelmente, de viabilizar sua meta mais global — a ocupação do cerrado.

Tal situação suscita algumas reflexões. Em primeiro lugar, o plantio de trigo não apresenta atratividade por si só mas, sim, vinculado a toda uma infra-estrutura de produção, onde a atividade principal é a soja. Os produtores de soja, por seu turno, estão ocupando novas áreas, mas em regiões que, apesar de não disporem da infra-estrutura existente no Sul, possuem um solo (pelo menos no princípio) de boa qualidade e dispensam a irrigação. Este é o caso de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso e de partes de Goiás.

Assim sendo, parece lícito supor que apenas a viabilidade econômica da soja no cerrado (mediante o esgotamento de outras frentes de expansão, por exemplo) poderia propiciar a expansão da produção de trigo naquela região, basicamente como fruto do crescimento do complexo trigo-soja. A expansão do trigo naquela área, portanto, está vinculada à possibilidade concreta de ocupação econômica do cerrado, em primeiro lugar. Dependerá, também, da capacidade governamental de criar e manter estímulos à produção do cereal, na região. Deste modo, a contribuição do trigo do cerrado ao crescimento das safras nacionais deverá ser, a curto e médio prazos, bem modesta.

O intervalo, hoje existente, entre a produção e o consumo internos, deverá ser reduzido, por conseguinte, através do decréscimo no consumo. Este, por seu lado, está vinculado à possibilidade da retirada do subsídio que, no caso do trigo, é a diferença entre o custo de aquisição do trigo nacional (pelo Banco do Brasil) e do importado (pela SUNAB) e a receita obtida com sua venda aos moinhos. Com a baixa generalizada das cotações de "commodities" no mercado internacional, o peso maior do subsídio, este ano, será dado à parcela do trigo produzido internamente. Isto porque o país vem adquirindo trigo no exterior por aproximadamente Cr$ . . . 38.000,00/t, enquanto paga ao produtor nacional Cr$ 52.995,00/t (US$ 275/t, à taxa de câmbio de 1º de setembro). Quanto ao preço de venda aos moinhos, é de Cr$ 27.144,00/t.

Conforme pode ser observado, o preço de aquisição do trigo importado e o preço de venda aos moinhos não se encontram tão distantes. Contudo, sua defasagem deverá crescer, ainda que se mantenham as atuais (baixas) cotações do mercado internacional, na medida em que cada desvalorização da moeda aumenta o preço em cruzeiros do trigo importado. Quanto ao produto doméstico, a defasagem atual (Cr$ 52.995,00 para a compra e Cr$ 27.144,00 para a venda) também irá crescer, já que o preço de garantia pago ao produtor nacional, de US$ 275/t será corrigido mensalmente (a cada dia 1º) até dezembro, segundo o ritmo da desvalorização cambial.

A contrapartida para impedir o crescimento do subsídio reside, evidentemente, no aumento dos preços de venda aos moinhos. Mas embora isso se faça necessário (pois a cada desvalorização da moeda o subsídio aumenta), o peso dos aumentos sobre o Índice de Custo de Vida tem reduzido a freqüência desses reajustes. Atualmente, a meta de extinção total do subsídio, ao final deste ano, parece remota.

Enquanto isso, em 1982, o consumo deverá

situar-se em torno de 6,37 milhões de t (inclusive sementes) apenas ligeiramente inferior às 6,6 milhões de t de 1981. É bem verdade que a necessária continuação da retirada do subsídio deverá reduzir o consumo novamente em 1983. Estimativas preliminares indicam que ele poderia ficar em torno das 6 milhões de t.

Para o país, o crescimento da produção interna significará nova redução das despesas com importações do cereal. O panorama do mercado internacional de trigo é, à semelhança do da soja, de abundância de oferta e grande concorrência entre os fornecedores. O Brasil vem, inclusive, aproveitando-se dessa conjuntura e negociando acordos de compra de trigo para pagamento em três anos. Igualmente relevante, portanto, parece ser a perspectiva de preços relativamente baixos, como função de uma grande safra norte-americana e do comportamento das taxas de juros daquele país que, ao fortalecer o dólar frente às outras moedas, reduz a capacidade de importação das demais nações.

A persistência da queda (recém-iniciada) das taxas de juros no mercado internacional poderá reverter o atual panorama de preços, uma vez que a demanda poderá se reativar, alcançando um patamar em que poderá aquecer as atuais cotações, em torno dos US$ 3,5/bu. Para o Brasil, a manutenção desse nível de preços poderá representar um dispêndio com importações de trigo, em 1982, da ordem de US$ 800 milhões, **versus** US$ 962 milhões em 1981 e US$ 1,05 bilhão em 1980.